

**DIRETRIZES
PROGRAMA DE GOVERNO**

TARCÍSIO FREITAS

**GOVERNADOR
(2023-2026)**



Sumário

Carta aos Cidadãos	3
Diretrizes para o Plano de Governo	5
Desenvolvimento Social	6
o Educação.....	6
o Saúde	9
o Segurança Pública, Justiça e Cidadania	13
o População Vulnerável.....	17
o População de Rua e Dependência Química	19
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	21
o Infraestrutura e Mobilidade Urbana	21
o Habitação e Regularização Fundiária	23
o Reurbanização do Centro de SP	24
o Sustentabilidade, Recursos Hídricos e Saneamento	26
Desenvolvimento Econômico e Inovação	30
o Empreendedorismo e Geração de Emprego	30
o Competitividade do Setor Produtivo	31
o Agronegócio.....	32
o Cultura e Economia Criativa	34
o Esporte.....	36
o Turismo.....	37
o Gestão Pública e Governo Digital	38
o Compromisso Fiscal e Tributário	41

Carta aos Cidadãos

São Paulo que eu quero

É hora de um Governo eficiente e de esperança. Esperança que se soma à de todos os cidadãos paulistas, de um futuro melhor de crescimento e de cuidado com as pessoas. E isso só acontece com atenção aos mais vulneráveis, comprometimento com tudo aquilo que é público, e com um Governo inovador e criativo, que traga desenvolvimento e oportunidade para as pessoas.

É preciso agir. Agir com políticas públicas que devolvam emprego e renda para São Paulo, que possibilite ao cidadão levar o alimento novamente para dentro de casa. A incapacidade das gestões anteriores, com aumento intensivo de impostos, falta de atuação em segurança, saúde e educação, somado à gestão inadequada da pandemia, que impediu as pessoas de saírem de casa em nítida atitude de confronto e sem diálogo com a sociedade, fez com que significativa parcela da população perdesse seu sustento, o que ampliou a pobreza e fome em nosso Estado.

Vamos aposentar os velhos pensamentos e antigas formas de enfrentar os problemas. E, para isso, é fundamental estarmos cercados de pessoas visionárias, criativas, experientes e preparadas. A tecnologia será uma importante aliada para uma administração descentralizada, com atendimento rápido e desburocratizado. Os dados viajam, as pessoas não.

Quero São Paulo de economia eficiente, com as contas equilibradas e que valorize as pessoas. São Paulo das obras concluídas, que acabam dentro do orçamento, no prazo estipulado e, principalmente, que sirvam para seu real propósito, que é facilitar e melhorar a vida das pessoas.

Quero São Paulo sem filas na saúde, filas estas que nem deveriam começar. Só assim seremos também o Estado da prosperidade, do bem-estar e da qualidade de vida, com olhar especial para a população mais idosa, a qual cresce em número considerável em nosso Estado. Seremos sempre gratos aos mais experientes.

Precisamos assegurar o futuro que nossas crianças merecem ter. Um futuro pensado logo na primeira infância, o qual passa por um ensino público de qualidade e com uma formação que prepara o jovem, não apenas com as ferramentas de hoje, mas também com as do amanhã.

Não existe política social sustentável que não seja geradora de oportunidades, de esperança, de trabalho e renda. O foco das ações de Estado precisa estar nas

peças, pois são as mais importantes fontes de riqueza de qualquer nação. Acolhimento, cuidado, oportunidade e trabalho.

É preciso também trabalhar para diminuir a população em situação de rua e vulneráveis, com programas de acolhimento, reabilitação, qualificação profissional e habitação. O ser humano precisa ser o centro das atenções do Estado.

Quero São Paulo do desenvolvimento sustentável, pois não existe crescimento econômico que não esteja lastreado na sustentabilidade. Como a locomotiva do Brasil, estaremos sempre à frente no respeito ao meio ambiente, com pesquisa, inovação e responsabilidade.

Seremos o Governo da garantia dos direitos coletivos e individuais, da justiça e da segurança, formada por uma polícia bem gerida, preparada, valorizada, bem equipada, respeitada e humana, como deve ser.

São Paulo que eu quero é aquele onde cada cidadão consiga atingir o máximo de sua potencialidade e que sinta cada vez mais orgulho de seu Estado. Mas não basta querer, é preciso muito planejamento, muita determinação e muito trabalho para isso. Aqui damos o início a essa jornada.

Servir, legar e retribuir. Esse será meu propósito.

Tarcísio Gomes de Freitas

Diretrizes para o Plano de Governo

“Não há nada que resista ao resultado”

Tarcísio Gomes de Freitas

“Não há nada que resista ao resultado”. A partir dessa afirmação, criou-se um modelo de gestão focado, que integra planejamento, técnica, propósito e criatividade para ser aplicado em todas as instâncias da administração pública para gerar resultados econômicos e sociais, com sustentabilidade ambiental.

As diretrizes aqui apresentadas serão continuamente aprimoradas a partir do diálogo com a sociedade. Para a construção desse documento, partiu-se das seguintes premissas:

- Diagnóstico e Diretrizes: documento elaborado a partir da escuta ativa de diferentes atores, como entidades de classe, sociedade organizada, pesquisadores, especialistas e comissões técnicas.
- Participação Social: realização de reuniões junto à sociedade para refinamento das diretrizes, além da criação de uma plataforma para captação de propostas, com objetivo de formatar um Plano de Governo mais colaborativo e alinhado às necessidades da população. Não existe governo ruim para um povo organizado.

As diretrizes são por princípio intersetoriais, e foram distribuídas em três grandes temas por questões didáticas, todas respeitando o princípio da sustentabilidade. O tema de Desenvolvimento Social reúne as propostas de saúde, educação, segurança pública e ações voltadas para a população vulnerável. Já o de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente reúne as ações de infraestrutura, habitação, meio ambiente e saneamento. O terceiro tema, de Desenvolvimento Econômico e Inovação, trata de emprego e renda, competitividade do setor produtivo, com propostas acerca de empreendedorismo, indústria, comércio, serviços, turismo e agronegócio, além de ações para desburocratização da gestão pública e desoneração tributária.

Este plano foi construído através do exaustivo diálogo, da disposição em ouvir as pessoas e na defesa de soluções democráticas, de forma a pontuar conceitos mais amplos, diretrizes de governo que permitam ao estado de São Paulo prover aos seus cidadãos a qualidade de vida que todos merecem ao viver em uma sociedade justa, livre, responsável e humana. Juntos conseguiremos levar São Paulo a um novo patamar de competitividade, investimentos e qualidade de vida.

Desenvolvimento Social

○ Educação

A educação é o pilar de qualquer sociedade. É um dos principais investimentos para a redução de desigualdades e geração de oportunidades em longo prazo. É a política pública essencial para promover o bem-estar social, oportunidades de desenvolvimento humano e democracia, mitigar desigualdades de renda e estimular o desenvolvimento econômico.

São Paulo possui a maior rede de educação do país, com cerca de 10 milhões de matrículas na Educação Básica, sendo 36,5% (3.871.708 alunos) matriculados na rede estadual. Os alunos estão distribuídos em 5,7 mil escolas estaduais, localizadas em 91 regionais, além das escolas técnicas e universidades, a um custo médio anual por aluno do ensino fundamental e médio de R\$ 10.223,06 em 2021.

Apesar de sua importância política, econômica, populacional e tecnológica, não apenas dentro do Brasil, mas na América Latina, o Estado não se destaca em termos de qualidade e efetividade da educação. No Ensino Médio, São Paulo aparece em 5º lugar na média do Ideb em comparação a outros estados da federação.

No Saeb de 2019, apenas 43,4% dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio tiveram aprendizagem adequada em Português, e apenas 11,7% dos alunos aprenderam o que era previsto em Matemática. Um dos Estados mais ricos da Federação falha ao implementar políticas que se traduzam em resultados na educação. São Paulo possui todas as condições para oferecer a melhor qualidade educacional do Brasil e deve ter como referência os países com a melhor qualidade educacional do mundo.

Além disso, a desigualdade educacional se mostra presente, com a sétima maior desigualdade em Língua Portuguesa, a quinta maior em Matemática, na comparação com as outras UFs, sendo que o município do Estado com melhor Ideb traz uma nota de 6,2, e o pior apresenta 2,6, ainda no Ensino Médio.

Outro indicador que merece atenção refere-se ao grande *gap* de aprendizagem entre alunos de colégios públicos e privados, em especial nos anos finais. Em Língua Portuguesa, a aprendizagem adequada é de 37% para a rede pública, ante 75,8% da rede privada. Em Matemática, os números são de 5,8% para a rede pública em comparação aos 42% da rede privada.

A pandemia ampliou ainda mais as desigualdades, sendo que 96,6% dos alunos da rede estadual terminaram com desempenho abaixo do adequado em Matemática, de acordo com os resultados do Sistema de Avaliação do

Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saesp), divulgado em março de 2022. No pós-pandemia, os alunos apresentaram a pior nota da série histórica, iniciada em 2010. Os resultados indicam queda substancial na aprendizagem dos estudantes em todas as etapas de ensino e indica grande retrocesso.

Em relação à evasão escolar, entre 2020 e 2021, o índice de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio caiu de 85,7% para 79,9%. O período de fechamento das escolas fez com que muitas crianças e adolescentes perdessem o vínculo com a instituição de ensino, ficassem desmotivados ou começassem a trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, não retornando aos estudos.

Além das necessidades de educação formal em ambiente de ensino, a escola pública, como presença do Estado em cada comunidade, representa também um grande investimento do capital da população em estruturas físicas. Elas devem ser mais bem aproveitadas para poder atender outras necessidades e aspirações da população, como merenda de qualidade, espaço para esporte, lazer, vida comunitária, cultural e referência cívica.

Outro ponto a ser salientado para a estruturação das políticas de educação são os cuidados com a primeira infância. No Brasil, 75,6% das crianças mais pobres estão fora das creches. As mães que trabalham fora de casa, muitas vezes, não conseguem vaga para deixar os seus filhos pequenos em creches estruturadas, precisando contar com a ajuda de vizinhos ou estruturas não formalizadas.

Evidências mostram que intervenções adequadas durante a primeira infância (primeiros seis anos de vida) têm efeitos de longo prazo sobre os indivíduos. Pesquisas apontam que investir no desenvolvimento infantil é uma das estratégias mais eficientes para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.

É importante colocar essa pauta na agenda de políticas públicas do Estado, de forma a fomentar os municípios a estruturarem uma rede adequada de atenção à primeira infância. Não somente em creches, mas também na educação infantil. As principais propostas para aumentar a qualidade e a efetividade da educação paulista, dar mais eficiência aos recursos mobilizados e otimizar sua infraestrutura, garantindo acesso, trajetória adequada, aprendizagem e redução de desigualdades, com colaboração entre todos os entes federativos, estão relacionadas a seguir.

Propostas:

- **Recomposição de Aprendizagem:** Vamos recompor e implementar no Estado a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Serão realizadas avaliações sistemáticas de monitoramento de aprendizagem, e um conjunto de recursos pedagógicos para suplementação de ensino e superação do impacto da suspensão das aulas presenciais no aprendizado dos alunos. Haverá a criação de estratégias para a busca ativa de alunos com objetivo de reduzir a evasão escolar.
- **Escola Efetiva:** Estabelecer novas e mais ambiciosas metas de aprendizagem para os alunos que estudam nas escolas estaduais, dando aos estudantes paulistas protagonismo regional, nacional e global, com transparência nos resultados. Aumentar a qualidade e a quantidade de recursos didáticos e educativos nas escolas, como ensino 5.0, bibliotecas digitais, lab mares, para que os alunos possam aprender cada vez mais, além de manterem seus interesses e engajamentos na escola, até o fim do ensino médio.
- **Educação Integral:** Ampliar a oferta de educação integral no ensino fundamental e médio, com alimentação de qualidade, tempo de estudo ampliado, currículo integrado, incentivando o protagonismo juvenil, empreendedorismo, discussão de projeto de vida, com disciplinas eletivas interdisciplinares e abordagem por projetos. Trabalhar nos jovens a educação socioemocional e cívica, com objetivo de criar cidadãos autônomos, solidários e competentes. Parceria para ampliar o Programa Forças no Esporte (PROFESP) em parcerias com as forças armadas para atividades de ensino em tempo integral em escolas municipais e estaduais.
- **Centro de Formação Técnica:** Desenvolver parcerias com as universidades, escolas técnicas e iniciativa privada sempre com o objetivo de criar centros de formação científica e tecnológica nas instituições de ensino, dando continuidade à implementação do Novo Ensino Médio, com ampliação de oferta de itinerários formativos profissionalizantes, alinhados ao mercado de trabalho e, principalmente, com uma visão de futuro.
- **Escola Integrada:** Busca a interação das escolas com a comunidade local, criando um ambiente propício ao estudo, ao acolhimento dos alunos e família, à prática esportiva, ao desenvolvimento cultural e demais atividades comunitárias. O objetivo é torná-la um polo de Capacitação e Desenvolvimento local acessível a todos, inclusive no período de recesso escolar. Promover oficinas de aprendizado de profissões, com integração entre idosos e jovens.
- **Desenvolvimento Social:** Melhorar a cobertura e a efetividade dos programas de transferência de renda em assistência à educação, focados em

alunos e famílias em condições de vulnerabilidade social. Os objetivos são manter a frequência nos ambientes de ensino e ter bom aproveitamento de aprendizagem.

- **Creche 100%:** Criar política junto às prefeituras para atendimento de 100% da demanda de Creches de 0 a 3 anos de idade, em estruturas formalizadas. Apoiar os municípios na requalificação da fila de creches, vinculando-a ao programa de apoio à saúde pré-natal da gestante, com integração e otimização de cadastros.
- **Alfabetização Idade Certa:** Apoiar as prefeituras na alfabetização dos alunos, segundo a Política Nacional de Alfabetização, com formação continuada de professores alfabetizadores e adoção de melhores práticas comprovadas.
- **Profissionais da Educação:** Professores, diretores de escola e demais profissionais da educação serão valorizados como agentes de mudança do ambiente escolar, apoiando as escolas no planejamento com foco no resultado. Estimular o compartilhamento de melhores práticas na rede escolar.
- **Saúde Emocional:** Vamos ampliar o apoio à saúde emocional dos dirigentes, equipes gestoras, professores e alunos, visando mitigar os impactos da pandemia sobre a saúde mental, com foco nos grupos mais vulneráveis e integração com Saúde, Justiça e Desenvolvimento Social para adequado encaminhamento.
- **Educação Inclusiva:** Ampliar a acessibilidade das escolas e inclusão de alunos com deficiência, com adequado preparo da infraestrutura e capacitação profissional.
- **Governança e Gestão Educacional:** Exercer o papel de coordenação da política educacional estadual, fortalecendo o regime de colaboração com os municípios. Avançar na municipalização da Educação Fundamental. Considerar como um dos critérios de distribuição de ICMS os indicadores educacionais. Aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria de Educação, com uma estrutura capaz de oferecer sólido apoio às escolas.

○ Saúde

Mais que um direito do cidadão, é um dever do Estado. Apesar do alto investimento na área de saúde, este continua um dos principais pontos de preocupação da população, que sente uma sensível redução na qualidade e oferta dos serviços.

É necessária uma política de Estado focada em qualificar e aumentar o acesso, melhorar a gestão e permitir a sustentabilidade do sistema. Estudo feito por economistas do Banco Mundial mostra que 30% da verba da União para o Sistema Único de Saúde é mal utilizada.

Acreditamos que um dos pilares fundamentais para a melhor utilização dos recursos é o fortalecimento da Atenção Primária (APS). Sendo a porta de entrada do sistema, ordena o cuidado, ou seja, acompanha a navegação da pessoa durante o processo de atendimento, além de combater o desperdício.

Publicação do Conass de 2019 demonstra que 85% dos problemas de saúde deveriam ser resolvidos na Atenção Primária. Atualmente, a falta de resolutividade e efetividade da APS faz com que os serviços de urgência e emergência fiquem lotados por problemas que poderiam ser resolvidos com acompanhamento neste nível de atenção. Pesquisas nacionais mostram que cerca de 80% dos pacientes, os quais buscam um pronto-socorro, não precisariam estar ali.

Como resultado da evolução das ciências da saúde no último século, tem-se o aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população. Estudos da OCDE estimam que 21.9% da população brasileira terão 65 anos ou mais em 2050, comparado a 8.9% em 2017.

Se faz necessário encarar a tripla carga de doenças manifestada neste envelhecimento, que somam a convivência de doenças infecciosas, parasitárias e problemas de saúde reprodutiva, causas externas e doenças crônicas, o que acarreta uma sobrecarga e aumento de custos no Sistema de Saúde.

Para que o Sistema de Saúde seja sustentável, defende-se a estruturação das regionais de saúde resolutivas e eficientes, além de rever o modelo de remuneração com foco em resultados pela prestação de serviços, a capacitação dos profissionais e a gestão baseada em dados em tempo real.

A Quarta Revolução Industrial, com foco no usuário, a personalização do atendimento e o digital despontam como grandes transformadores da produção, da economia e da sociedade. A pandemia acelerou o processo de transformação digital, o que nos possibilita utilizar novas ferramentas para ampliar e qualificar o acesso e dar uma solução eficiente ao sistema de saúde. É evidente que ainda existem barreiras importantes para a evolução sustentável deste modelo, sendo elas investimento, infraestrutura, normatização, gestão e governança.

Para buscar soluções ao setor de saúde do estado de São Paulo, apresentam-se propostas que contemplam a regionalização da saúde, a redistribuição de recursos conforme oferta e demanda local, e o aumento da resolutividade da atenção primária com uso de tecnologia, prontuário único, entre outros, com enfrentamento à causa dos principais problemas encarados pelo cidadão paulista.

Propostas:

- **Saúde Digital:** Transformar o Estado de São Paulo em um polo de referência na utilização de saúde digital e telemedicina, levando o sistema de saúde a um novo patamar de acesso, resolutividade, gestão, sustentabilidade e satisfação do usuário, inclusive utilizando a tecnologia 5G que estará implementada no Estado nos próximos anos.
- **Atenção Primária à Saúde (APS):** Fomentar investimento em tecnologias digitais para melhorar a efetividade e resolutividade da atenção primária, consolidando-a como porta de entrada e como organizador do atendimento no sistema. Fortalecer o atendimento na Atenção Primária em Saúde (APS), sua integração com a Média e Alta Complexidade (MAC) e a multiplicação das redes assistenciais.
- **Atenção Média e Alta Complexidade (MAC):** Dar celeridade aos serviços prestados na Média e Alta Complexidade, exames e procedimentos, além de qualificar a rede de atendimento. Ofertar serviço especializado também em redes privadas, nas regiões de saúde mais desassistidas.
- **Urgência e Emergência:** Investir na atenção primária como ordenadora do sistema de gestão de filas, sendo responsável por desafogar os serviços de urgência e emergência, além de reorganizar a atenção secundária e terciária, conforme já mencionado.
- **Centro Estadual de Controle de Doenças e Qualidade Assistencial (Agência Epidemiológica com Autonomia):** Reforçar e evoluir sistema de inteligência epidemiológica, construindo plataformas e bancos de dados que contribuam para o rastreamento e avaliação de ameaças à saúde, a tomada de decisões baseadas em evidências e que apoiem a produção de informações que permitam acompanhar de forma sistemática as trajetórias da saúde populacional.
- **Regionalização /Repactuação com Municípios e Regulação:** Instituir um modelo de governança que comporte maior participação dos municípios envolvidos, com planejamento abrangente e colaborativo e que inclua uma repactuação regional. Liderar processo de convencimento e construção de regionalização cooperativa no Estado, incluindo o financiamento com a União e Municípios a partir das oportunidades de comunicação e de integração abertas pela saúde digital. Incluir mecanismos para avaliação das OSS em apoio aos municípios.
- **Redes Hospitalares:** Avaliar a capacidade instalada regionalmente levando-se em consideração os leitos inativos para definir a necessidade de abertura de novos leitos. Reestruturar dentro de um modelo regionalizado a definição de papéis e responsabilidades de hospitais de

ensino e hospitais de pequeno, médio e grande portes. Rever junto à união e municípios as tabelas de remuneração para que sejam justas, sustentáveis e compatíveis com o porte, complexidade e qualidade (desfecho clínico). Considerar a importância dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas principalmente em cidades do interior do estado.

- **Filas de Cirurgia:** Organizar as demandas de procedimentos em filas únicas, regionalizadas, transparentes e publicizadas, com acompanhamento e atualização contínua por exames.
- **Assistência Farmacêutica:** Utilizar a Saúde Digital para facilitar a logística de previsão, dispensação e monitoramento do uso do medicamento pelo paciente. Avaliar a entrega de medicamento de alto custo em domicílio. Avaliar e considerar a importância da FURP como instituição estratégica na assistência farmacêutica.
- **Profissionais de Saúde:** Investir em formação profissional e criar política de cargos e salários que estabeleçam critérios claros de contratação, avaliação de desempenho, promoção e desenvolvimento profissional com foco em resultados.
- **Indústria da Saúde:** Incentivar a indústria da saúde, transformando São Paulo em um polo de produção nacional e internacional de Dispositivos Médicos pelas facilidades em inovar, produzir e comercializar.
- **Saúde da Mulher:** Trabalhar o planejamento familiar e o acompanhamento pré-natal das mulheres e famílias, assegurando estrutura para o bom andamento do período gestacional. Promover a medicina preventiva na população feminina através de exames de rotina, diagnóstico prematuro e tratamento tempestivo.
- **Geriatria:** Implementar serviços de longa permanência especializados em geriatria e pacientes crônicos, além de centros-dia para cuidados com idosos, em parceria com o serviço social e prefeituras.
- **Saúde PCD:** Intensificar ações de integração e acessibilidade de Pessoas Com Deficiência (PCD). Fomentar a implantação do CER (Centro Especializado em Reabilitação) nos municípios, integrada à rede Lucy Montoro. Investir para melhorar o atendimento a pessoas com deficiência na rede de saúde pública, com investimentos em capacitação e equipamentos apropriados.
- **Saúde Mental:** Ofertar tratamento e reinserção social para as pessoas com transtornos mentais e dependência química (álcool e drogas), nos diferentes contextos clínicos e psicossociais, trabalhando para prevenção do consumo de drogas e do suicídio.

○ Segurança Pública, Justiça e Cidadania

Vamos devolver São Paulo aos paulistas. A população tem sofrido nas mãos dos criminosos. Latrocínios, estupros, roubos, furtos, estelionatos e diversos outros crimes atingem todos os níveis sociais e econômicos, mas em especial os mais pobres, os jovens, os idosos e as mulheres.

Pesquisa do IBOPE Inteligência demonstra que, entre os paulistanos, 76% têm a percepção de que a violência vem crescendo, percepção de vulnerabilidade ainda maior entre as mulheres (84%) e nas classes D/E (89%).

O medo que predomina entre os paulistas não é fruto da imaginação, mas decorrente do que as pessoas veem e sentem, todos os dias, nas ruas de São Paulo. A população paulista não tem sequer o direito de saber o que acontece na sua própria rua, pois aos paulistas são divulgados apenas números genéricos. Sem informação, os cidadãos ficam mais vulneráveis, com mais medo e não conseguem sequer ajudar corretamente as polícias.

Em 2021 foram registrados 258.747 roubos no estado de São Paulo. Se consideradas as estimativas de pesquisas de vitimização nas quais é apontada uma subnotificação próxima de 56%, os números reais alcançariam a cifra de 403.645 ocorrências.

Em razão das frágeis políticas de segurança que não protegem a sociedade, o paulista se acostumou a ser vítima de uma epidemia de roubos. A insegurança dos paulistas não é uma “sensação”, mas uma real preocupação e um grande risco para todos. Os furtos de celular evoluíram 19,85% em 2021, com 470.200 notificações. Os furtos de veículos evoluíram 21,22%, com 79.670 ocorrências. Pesquisa de vitimização realizada pela Fiesp demonstra que 1/3 das empresas afirmaram que foram vítimas de roubo, furto ou vandalismo. A incidência criminal fez com que 30% das empresas desistissem de fazer investimentos, como lançar novos produtos e abrir filiais em determinadas áreas com maior risco.

A taxa de resolução dos crimes está muito abaixo de níveis aceitáveis e é fruto do descaso do governo com a polícia investigativa, sendo um claro indicativo da impunidade em São Paulo. Em reportagem publicada pela Jovem Pan, em 2018, dos 788.405 homicídios dolosos, estupros, latrocínios, roubos e furtos registrados no Estado, de janeiro a outubro daquele ano, somente 32.150 foram esclarecidos, o que significa menos de 4% de crimes. Em 2020 e 2021, de todos os roubos registrados no estado de São Paulo, para menos de 7% deles houve a instauração de inquérito policial, sem que haja o menor controle sobre o seu

resultado, se ao final da investigação houve a identificação e prisão dos criminosos. A investigação desses crimes praticamente não existe.

A desordem também aflige os moradores de todo o Estado. Em 2021 foram registradas pela Polícia Militar quase um milhão (911.980) de ocorrências de perturbação do sossego e quase 100 mil (90.354) ocorrências dos chamados “pancadões”, o que representou cerca de 13% de todos os chamados direcionados à PM em todo o estado de São Paulo. A falta de integração com os municípios e a ineficiência governamental impedem que os policiais possam agir de modo eficiente, prejudicando ainda mais o combate aos crimes e impedindo que os cidadãos usufruam do descanso em suas casas.

Os atos de violência contra as mulheres são vistos e sentidos diariamente nas ruas, meios de transporte e escolas. Todos os indicadores estão, infelizmente, crescendo. Entre 2020 e 2021, houve um aumento de 7,4% nos casos de estupro, 34% nos registros de maus-tratos, 35% nos casos de constrangimento ilegal, 5,7% em ameaças e quase 5% nas lesões corporais dolosas.

Segundo a pesquisa de vitimização Insper 2018, 13,5% das mulheres entrevistadas haviam sofrido algum tipo de assédio, sendo 23,9% dos casos em transporte público, táxi ou metrô. Infelizmente, os sucessivos governos em São Paulo não foram capazes de adotar medidas básicas, como contratação de equipamentos para monitoramento eletrônico de agressores. Não conseguiram sistematizar e integrar adequadamente os bancos de dados entre o Poder Judiciário e as instituições policiais para agilizar as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, e não conseguiram sequer disponibilizar adequadamente dados de violência doméstica que possam orientar políticas públicas, como constatado em CPI realizada na Alesp e diversas reportagens a respeito.

Sobre o crime organizado, São Paulo é o local onde surgiu e se consolidou a maior facção criminosa do país. A fraqueza dos sucessivos governos no enfrentamento ao crime organizado teve como resultado seu fortalecimento e expansão. O Ministério Público de São Paulo estima que o PCC movimenta algo em torno de USD 500 milhões/ano.

São Paulo se transformou na principal plataforma de lançamento de cocaína para a Europa, África e Ásia, a partir de seus portos e aeroportos. O Anuário de Mercados Ilícitos da Fiesp apontou que apenas 9 mercados ilícitos em São Paulo movimentam algo em torno de R\$ 15 bilhões/ano, sendo que dois desses mercados ilícitos, veículos e celulares, são responsáveis por quase 40% da violência criminal no Estado.

Outro problema relacionado ao crime organizado é o fenômeno de roubos ultra violentos. Eventos como esses atingiram diversas cidades do interior paulista,

entre elas Araçatuba, Mococa, Ourinhos, Botucatu, Araraquara e Guararema, levando terror à população.

Uma das principais razões para o crescimento do crime organizado em São Paulo é o abandono do controle interno das unidades prisionais. As contínuas rebeliões de presos em razão das condições inadequadas das prisões foram respondidas pelos sucessivos governos de São Paulo com políticas com “sinal trocado”: por um lado, construção de unidades prisionais, mas por outro o abandono do controle interno, transferindo o controle Estatal do cumprimento da pena para o controle de organizações criminosas.

O sistema prisional paulista tem 179 estabelecimentos (sendo 88 penitenciárias e 49 CDPs, desses sendo 16 presídios semiabertos, cuja construção e operação é de menor custo). As polícias prendem os criminosos, mas os governos não criaram condições para que a polícia penal tenha o controle dentro das unidades prisionais.

De acordo com relatório publicado em 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2018 foram apreendidos 13.845 celulares nas prisões, sendo que 87% das prisões paulistas não têm bloqueador de celular. Ao invés de controlar o preso, as prisões paulistas atuam como escritório avançado do crime, razão pela qual os criminosos sentem-se motivados e em condições de continuar cometendo crimes e vitimizando a população, expresso nas taxas de reincidência de crimes.

Pesquisa realizada em junho de 2021 identificou que dos 208.771 presos no Estado, 141.749 (68%) eram reingressos. Ou seja, já haviam sido presos, foram soltos e retornaram à prisão. Ainda, sobre a questão da reintegração social, apenas 0,2% de pessoas que saíram da prisão e receberam a liberdade judicial conseguiram se recolocar no mercado de trabalho. O sistema prisional atual é inadequado, superlotado e não presa pela reintegração social.

Entre os criminosos que não completaram 18 anos, o estudo do CNJ “Reentradas e Reiteraões Infracionais” demonstra que 23,9% dos internos retornaram ao menos uma vez ao sistema socioeducativo no período entre janeiro de 2015 e junho de 2019. Para os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, a taxa de retorno ao sistema prisional no estado de São Paulo atingiu o patamar de 41,4%. Já o custo anual per capita da Fundação Casa chega a R\$152.957,00, ou R\$ 12.746 por interno ao mês.

O cenário fora das prisões é ainda pior. Estudo divulgado neste ano identificou que, em outubro de 2021, 346.195 criminosos condenados estavam soltos nas ruas de São Paulo para cumprir penas alternativas (regime aberto, sursis, medidas cautelares, livramento condicional ou restritivas de direito) sem qualquer fiscalização, sendo que o governo havia contratado o monitoramento eletrônico para apenas 12 mil criminosos. O mesmo estudo identificou que

quase metade dos criminosos presos em flagrante por roubos, furtos, receptação e porte de arma de fogo, em dois dias, eram criminosos nestas condições que continuaram praticando crimes por conta da omissão do governo em fiscalizá-los.

Propostas:

- **Tecnologia e Integração:** Liderar no uso de tecnologia de ponta e a integração das bases de dados de interesse policial disponíveis nos níveis federal, estadual e municipal, e diferentes poderes, no combate a todo tipo de atividade criminosa, inclusive com uso intensivo de algoritmos. Incentivar ainda a integração na atuação de todos os agentes que atuam na segurança pública, ou seja, Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais, trabalhando em estratégias conjuntas para promover a segurança da população.
- **Enfrentamento ao Crime Organizado:** Combate sem trégua ao crime organizado, revertendo a atual situação de omissão em relação ao seu crescimento, com o uso de tecnologia, inteligência policial, uso de informações financeiras (Receita Federal, BACEN), fortalecimento da atividade de polícia investigativa e técnico científica.
- **Valorização da Força Policial:** Vamos proteger quem nos protege, com valorização da força policial, aumento do efetivo das Polícias, apoio jurídico à ação policial, revisão do regime de trabalho, carreira e recuperação da imagem. Rever política das câmeras corporais.
- **Ruas Seguras:** Garantir o direito a toda a população de São Paulo de saber, por meio de mapas inteligentes, simples e interativos, quais, quantos e quando os crimes ocorreram na sua ou em qualquer outra rua do Estado. Podendo, assim, entender o que está acontecendo, cobrar melhor as ações das polícias e demais autoridades e ainda ajudar com imagens, vídeos e informações dos criminosos. Transparência e prestação de contas a toda a sociedade, já que todos têm o direito de saber, com detalhes, o que acontece na sua rua, no seu bairro e na sua cidade.
- **Garantia da Ordem Social:** Vamos enfrentar de forma integrada as questões de desordem social, devolvendo a paz e a tranquilidade noturna aos cidadãos das periferias, através da integração e operacionalização técnica das leis do silêncio, entre os órgãos estaduais e municipais. Impedir a formação das cracolândias.
- **Cooperação SP-Brasília:** Usar as forças combinadas das estruturas federal e estadual de segurança, com a Cooperação SP-Brasília, para controlar o

crime organizado nas prisões, no tráfico de drogas, armas e crimes ultra violentos, com ampla inserção da Polícia Federal nas investigações.

- **Polícia Resolutiva:** Vamos investir na tecnologia para resolução de crimes, com investimentos na polícia técnico-científica, modernização de equipamentos de investigação, banco de DNA e reformulação das delegacias de homicídios regionais. Atuar fortemente na resolução de crimes digitais.
- **Novo Sistema Prisional:** Vamos promover a revisão do Sistema Prisional, de forma a suprir adequadamente a atual demanda (em presídios fechados ou semiabertos) e a reinserção de egressos na sociedade, com foco na recuperação, capacitação e recolocação profissional. Retomar o controle dos criminosos dentro das unidades prisionais, até o nível de cela, com bloqueio de sinal de celular em todos os presídios. Investir no uso de tornozeleiras eletrônicas para os prisioneiros em regime semiaberto ou aberto.
- **Proteção da Mulher e da Família:** Promover a proteção da Mulher, da Família e dos Idosos, através de um programa de prevenção, monitoramento por tornozeleiras eletrônicas e repressão de condutas agressivas contra a mulher, jovens e crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais. Fortalecer a atuação das Delegacias da Mulher, com melhoria das estruturas e ampliação do horário de atendimento, priorizando o atendimento por mulheres. Criação de Abrigos Regionais Protegidos para a Mulher Vítima da Violência.
- **Fundação Casa:** Vamos investir na eficiência das medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes infratores, ampliando as oportunidades de educação e capacitação simultaneamente à melhoria da fiscalização e acompanhamento que reduza os índices de reiteração na prática de infrações.

○ População Vulnerável

Embora detenha o status do Estado com a maior pujança econômica, São Paulo também exhibe indicadores sociais preocupantes. Na qualificação de pessoas enquadradas na extrema pobreza, temos 5.421.393 moradores (11,53% do contexto nacional). Enquadradas como pobres, 1.557.558 (17,54% do total nacional), e na baixa renda, 3.286.968 residentes (17,82% do quadro brasileiro). Na dependência atual do Auxílio Brasil, o universo é de 5.919.930 pessoas (11,77% do país). Enquanto inscritos no Benefício de Proteção Continuada (BPC), o contingente paulista é de 778.910 beneficiários (16,39% do quadro nacional), segundo Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social.

O estado de São Paulo possui ainda o maior número de favelas no Brasil, cerca de 1.600, as quais abrigam aproximadamente 5 milhões de pessoas. Apenas na Capital, em torno de 400 mil famílias (entre 1,6 e 2 milhões de pessoas) vivem nos chamados aglomerados subnormais. Este processo em São Paulo teve início na década de 1940, tendo sido substancialmente acelerado nas décadas seguintes em função, sobretudo, do enorme fluxo de migrantes vindos de outras regiões do Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Atualmente, a diferença de expectativa de vida entre a periferia e o centro de SP chega a 23 anos, e a taxa de emprego formal possui uma diferença de 247 vezes. Ainda, o acesso a serviços financeiros e o alto índice de endividamento são barreiras, sendo que as taxas de juros anuais para empréstimos chegam a 885% para essa faixa da população. Ainda assim, os moradores em favelas são mais otimistas que a média do Brasil e têm forte intenção de empreender.

A seguir, as propostas focadas nas regiões mais vulneráveis do Estado, buscando desenvolver suas potencialidades locais.

Propostas:

- **Segurança Alimentar:** Ampliar projetos de segurança alimentar e de transferência de renda, alinhados aos projetos do Governo Federal.
- **Saneamento Ambiental:** Vamos implementar, prioritariamente nas regiões mais vulneráveis do Estado, projetos de saneamento ambiental, que incluem saneamento básico, acesso à água e disposição adequada de resíduos.
- **Geração de Oportunidade:** Intensificar e ampliar a criação de oportunidades de emprego e renda nas regiões mais vulneráveis do Estado, com intuito de promover inclusão social por meio da capacitação profissional via cursos técnicos, em parceria com o sistema S e Instituto Paula Souza, e acesso às unidades do Banco do Povo.
- **Formalização Econômica:** Estimular a formalização das atividades econômicas dentro das favelas, utilizando a figura do MEI (Microempreendedor Individual) pois de acordo com a legislação, é possível e fácil ter uma empresa legalizada mesmo em imóveis irregulares. Com a formalização, esse MEI poderá contratar empregados e aprendizes, além de acesso à crédito facilitado, o que irá permitir a oportunidade de emprego nas cercanias de sua moradia.
- **Empreendedor Paulista:** Vamos ampliar e facilitar o acesso ao crédito pelo Banco do Povo e outras instituições financeiras ao micro e pequeno empreendedor, com projetos, apoio e acompanhamento do Sebrae, em estreita colaboração com as comunidades.

- **Urbanização:** Fomentar políticas de urbanização das favelas, em colaboração com as prefeituras.

○ **População de Rua e Dependência Química**

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, apenas nos dois últimos anos, a população em situação de rua da capital paulista teve aumento de 31%. Passou para 31.884 no Censo realizado em 2021, sendo que uma grande parte tem problemas com álcool e drogas e são egressos do sistema prisional.

A dependência química é uma das questões mais evidentes na cidade de São Paulo e regiões metropolitanas, e tem sido crescente nas demais cidades do Estado. É uma questão complexa, que envolve fatores sociais, de saúde, segurança e habitação. Não há solução simples e é necessário o empenho de toda a sociedade para transformar a vida desses cidadãos.

Historicamente, a antiga rodoviária de São Paulo, localizada no centro da capital, era um dos principais pontos de chegada em São Paulo nos anos 1960 e 80. Com a desativação do terminal e sem um plano de reurbanização da área, boa parte dos imóveis fechou as portas e o entorno do prédio abandonado foi ocupado por moradores de rua.

Os anos de degradação urbana se agravaram a partir de 1990 com a chegada do crack, tornando-se o que conhecemos hoje como Cracolândia. O local é alvo constante de diversas intervenções recentes, mas que, sem integração com todos os setores necessários, não são levadas a cabo, tornando o local inviável de se transitar e deixando os moradores da região reféns em suas próprias casas. Atualmente no Estado vemos a formação de várias Cracolândias. Elas crescem diariamente, sem que haja uma ação integrada para mitigá-las.

A seguir, as propostas que visam trabalhar a abordagem, acolhimento, tratamento e reinserção social desses cidadãos.

Propostas:

- **Apoio em Abordagens:** Vamos trabalhar em conjunto com as prefeituras para melhorar a retaguarda do trabalho de abordagens à população de rua e prestar os devidos encaminhamentos, sobretudo no aspecto da prevenção à saúde e preservação do Direito à Vida, garantindo fluxo específico para Centro de Atenção Psicossocial (Caps), Centro de Referência de Álcool e Drogas (Cratods), Consultório de Rua, Unidades de Acolhimento Transitório da Saúde ou Centros de Acolhimento.

- **CRATOD:** Vamos requalificar e ampliar o Programa Recomeço e o acesso ao serviço de saúde e assistência social via Cratod, em parceria com os serviços municipais, com unificação e melhoria no cadastro.
- **Comunidades Terapêuticas:** Promover o acolhimento para reinserção social, com desintoxicação, capacitação, geração de trabalho e renda. Melhorando as condições e o perfil das Comunidades Terapêuticas, com proximidade à natureza. Promovendo a criação de associações e cooperativas agrícolas para geração de trabalho e renda após o tratamento.
- **Continuidade no Tratamento:** Implementar o ciclo de tratamento da drogadição de forma intersetorial e federativa, para garantir a continuidade do tratamento após reabilitação, através dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e outros serviços de saúde e assistência social disponíveis.
- **Centros de Acolhimento:** Vamos expandir os Centros de Acolhimento junto às prefeituras e promovendo o apoio no planejamento e execução de políticas de reconexão familiar e junto à comunidade de origem.
- **Oportunidade de Trabalho:** Considerada a principal porta de saída, com a criação de programas de inserção de pessoas em situação de rua, ex-dependentes químicos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho formal, principalmente em empresas parceiras e em obras contratadas e/ou concedidas pelo Estado.

Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

○ **Infraestrutura e Mobilidade Urbana**

Entende-se que o investimento em infraestrutura é um meio de se atingir a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos paulistas, assim como a competitividade dos produtos e serviços. O estado de São Paulo, por sua força econômica, pode voltar a liderar o processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, os investimentos em logística de transportes, energia e mobilidade urbana assumem grande protagonismo, pois tais ações, além de dinamizarem a atividade econômica, possibilitam a geração de emprego e renda, notadamente na construção civil.

Considerando a dificuldade para assegurar recursos públicos para realizar todos os investimentos necessários, é fundamental a construção de um ambiente de negócios que fomente a atração de capitais privados. Isso demandará um vigoroso Planejamento de Investimentos tanto público quanto privado, que faça frente às necessidades da população.

Propostas:

- **Plano Estadual de Logística e Investimentos:** Estabelecer uma política setorial de transportes de longo prazo, com foco na ampliação da participação dos modais ferroviário e aquaviário na matriz estadual de transportes.
- **Concessões e Privatizações:** Apoiar as ações do Governo Federal ou coordenar a concessão e privatização de ativos importantes, como os aeroportos de Congonhas, Campo de Marte e os Portos de Santos e São Sebastião, sempre garantindo a defesa dos interesses do estado de São Paulo e de seus cidadãos. Em relação às travessias litorâneas, trabalhar em concessões individuais considerando a especificidade de cada travessia.
- **Aviação Regional:** Vamos fomentar os aeroportos e voos regionais, para ampliação da capilaridade e frequência aérea com o Interior.
- **Porto de São Sebastião:** Melhorar o aproveitamento do Porto de São Sebastião para escoamento do Polo Industrial do Vale do Paraíba.
- **Continuidade de Obras:** Ter como prioridade a conclusão das obras inacabadas, priorizando aquelas com maior grau de execução. Nesse rol enquadra-se o Rodoanel Norte, que finalmente será concluído.

- **Novo Marco das Ferrovias:** Fomentar uma melhor utilização do modal ferroviário, priorizando a reativação de ramais e a implementação de novas ferrovias pelo regime de Autorização.
- **Parcerias com Iniciativa Privada:** Transferir ativos à iniciativa privada, sempre quando for mais vantajoso para o cidadão paulista. O investimento privado será a mola propulsora da geração de emprego e renda. Revisar a política de prorrogação de contratos de concessão existentes, com objetivo de viabilizar incremento de investimentos em detrimento à arrecadação de outorga para o Estado.
- **Hidrovia do Tietê:** Ampliar o uso da Hidrovia do Tietê através da realização de empreendimentos estruturantes, tais como o Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava.
- **Rotas de Trem e Metrô:** Implantar rotas que atinjam a população mais carente da região metropolitana, com foco na ampliação das linhas de metrô de São Paulo, com a conclusão de linhas já iniciadas e na implantação de trens regionais (CPTM). Estimular o desenvolvimento urbano e econômico nessas regiões, de forma a balancear a utilização do transporte urbano.
- **Trem Intercidades:** Vamos implementar o Trem Intercidades, com a contratação da operação da linha entre Americana e São Paulo, passando pelas cidades de Campinas, Jundiaí, São Paulo e região do ABC. Iniciar os estudos e projetos para segunda linha, ligando Sorocaba a São José dos Campos, assim como o acesso à Baixada Santista.
- **Acessibilidade das Pessoas com Deficiência (PCD):** Trabalhar na acessibilidade dos prédios públicos estaduais e no seu entorno, inclusive calçadas, principalmente nas estações de transporte públicos. Modernizar as frotas de ônibus, substituindo por veículos de piso baixo, com rampa. Apoiar na ampliação da oferta de táxis acessíveis.
- **Rodovias Vicinais:** Consolidar e ampliar o programa de revitalização e manutenção das rodovias vicinais de São Paulo.
- **Segurança nas Rodovias:** Vamos implantar em todas as rodovias do Estado o Irap (International Road Assessment Programme), sistema de monitoramento internacional das rodovias, que visa garantir a redução de acidentes, com os serviços e obras necessários para a adequada implantação.
- **Estradas Conectadas:** Vamos implantar em rodovias do estado de São Paulo serviço de WI-FI para comunicação dos usuários, bem como em linhas de ônibus intermunicipais.

○ Habitação e Regularização Fundiária

Moradia é um dos direitos sociais garantidos no Artigo 6º da Constituição Federal, assim como saúde e educação. O Plano Estadual de Habitação de São Paulo 2011-2023 (PEH-SP) aponta um déficit habitacional que corresponde a 1,16 milhão de unidades e ainda 3,19 milhões de moradias com inadequação, o que equivale a cerca de 30% de todo o parque domiciliar do Estado. A falta de oferta de habitações faz avançar o processo de invasões e ocupações irregulares de áreas, especialmente em zonas que precisariam ser protegidas ou são inseguras como mananciais, represas ou encostas de morros.

Nos últimos dez anos, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) de São Paulo conseguiu produzir somente 74.434 unidades habitacionais, com uma média anual de 7.443 unidades. Mantido este cenário de produção, para suprir o déficit atual, o Estado precisaria de 161 anos para solucionar as carências, mantendo-se o quadro atual.

Em seus 55 anos de produção, a CDHU registrou a produção global de 545.038 unidades, ou seja, 45,41% do déficit vigente. Cerca de 77% da carência habitacional está nas regiões metropolitanas, onde o custo do solo é mais elevado, e outros 23% nos demais municípios.

Na capital paulista, o déficit habitacional é estimado em 322,7 mil domicílios, sendo que o número de imóveis vazios na cidade é de aproximadamente 290 mil imóveis, no último Censo realizado pelo IBGE em 2010.

Durante a pandemia, entre 2019 e 2021, a questão da falta de moradia se tornou mais evidente. Mais de 7,5 mil pessoas foram morar nas ruas de São Paulo, sendo que o número de famílias quase dobrou.

Em relação à regularização fundiária, existem regiões do Estado onde há necessidade de um trabalho intenso para prover o título de propriedade aos moradores. Com as escrituras, o cidadão passa a ter segurança jurídica, deixa de ser assentado, se torna produtor e passa a ter acesso ao crédito. Quando em regiões urbanas, a posse com acesso à infraestrutura promove a revitalização e reurbanização da região.

Mais que problema urbano ou econômico, a habitação é uma questão humanitária.

Propostas:

- **Oferta de Habitação:** Vamos aumentar substancialmente a oferta de habitações com fomento do Estado e parceria com a iniciativa privada, com projetos de habitação que integrem espaços voltados a usos não

habitacionais, como comércio e serviços, preferencialmente em áreas já urbanizadas.

- **Regularização:** Vamos promover a regularização da oferta existente, com titulação, urbanização das favelas, regularização fundiária, inclusive com retrofit de imóveis abandonados. Em relação à construção irregulares em Áreas de Proteção e Áreas de Risco, utilizar sistema de inteligência artificial via satélite para monitoramento, auxiliando a fiscalização dos municípios.
- **Adensamento urbano:** Com políticas públicas que intensifiquem o adensamento e a oferta de moradias em áreas com infraestrutura urbana já instalada.
- **Regulação:** Instituir porções territoriais com finalidade de habitação nas regiões já urbanizadas e desenvolver outras em eixos de mobilidade, abrindo novo campo para viabilizar a construção de habitações, seja de interesse social, seja de classe média.
- **Casa Verde e Amarela:** Vamos fortalecer o programa Casa Verde e Amarela, complementando-o com subsídios estaduais e municipais.
- **Soluções em Habitação:** Promover projetos de habitação social de forma inovadora, de forma a resolver o problema da moradia pela utilização e não necessariamente pela questão patrimonial.
- **Programas Estaduais de Habitação:** Aprimorar e intensificar os programas estaduais de habitação em andamento, referentes à produção, adequação, requalificação e regularização fundiária de unidades.
- **Licenciamento:** Aprimorar o funcionamento Graprohab (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo) para otimizar o tempo de análise e aprovações de empreendimentos.

○ Reurbanização do Centro de SP

O Centro da cidade de São Paulo apresenta, ao mesmo tempo, grandes desafios e oportunidades. Por um lado, tem forte dinâmica econômica durante o dia, patrimônio histórico com edificações notáveis e espaços públicos emblemáticos, e a maior concentração de infraestrutura de transporte de alta e média capacidade do município. De outro, sofre com a falta de moradores, problemas de segurança, existência de moradias irregulares e um grande contingente de moradores de rua e de usuários de drogas. O centro da capital tem grande importância para a cidade, para a região metropolitana e para o Estado e clama pelo envolvimento do governo estadual em parceria com a Prefeitura e a sociedade.

A reversão dos desequilíbrios, de forma que a região central de São Paulo atinja o seu enorme potencial, passa por um conjunto de iniciativas integradas, já

abordadas em outros capítulos, que incluem a provisão em larga escala de moradias e abordagem sistêmica para os usuários de drogas privilegiando os aspectos de saúde, sociais e de segurança. A requalificação de porções da área central será por meio de projetos urbanísticos, que priorizem o equilíbrio entre moradias e empregos, mesclando usos que garantam atividades de dia, noite e aos fins de semana, e que promova espaços públicos de qualidade e melhore seu desempenho ambiental.

Em paralelo, as unidades administrativas do Estado são dispersas fisicamente e estão localizadas em prédios com estrutura inadequada. Isso gera a multiplicação desnecessária de estruturas de apoio, como RH, suprimentos e frota, e a dispersão na prestação de serviços (limpeza, vigilância, manutenção predial, T.I.), custo elevado com transportes de pessoal, materiais e documentos. A proximidade entre as unidades administrativas trará sinergia e articulação entre os órgãos, além de ganho de escala e eficiência na prestação de serviços da administração pública.

Seguem propostas para requalificar o centro da capital, com o uso de todas as suas potencialidades econômicas e de habitação.

Propostas:

- **Polo Administrativo Campos Elíseos:** Vamos implementar o Polo Administrativo Campos Elíseos, com objetivo de recuperar essa região degradada da cidade, além de reduzir as despesas com manutenção das estruturas do Estado, mediante a aquisição de terrenos e construção de edifícios próprios para abrigar unidades administrativas, através de parcerias com a iniciativa privada. Os prédios teriam amplo acesso e fruição, além de contar com alamedas de comércio e serviços.
- **Habitação:** Construção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) na área ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), no centro da cidade, com espaços voltados a usos não habitacionais, como comércio e serviços, além de ampla gama de equipamentos e serviços públicos destinados à população da cidade e aos trabalhadores do polo administrativo.
- **Requalificação dos bairros de entorno:** Estabelecer parceria com a Prefeitura para a continuidade da Operação Urbana Água Branca. Implantação da fase 2 do projeto com enterramento de parte dos trilhos e requalificação dos bairros da Lapa, Água Branca, Barra Funda, Campos Elíseos, Bom Retiro, Pari e Brás, e a eventual desativação do Minhocão como via de transporte.

○ **Sustentabilidade, Recursos Hídricos e Saneamento**

O meio ambiente é considerado pela Constituição de 1988 como um "bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras". Se por um lado, ambiente, é o meio onde a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico, por outro, o ambiente é também o meio de vida de cuja integridade e equilíbrio depende a manutenção de funções ecológicas essenciais à vida.

O desenvolvimento sustentável passa pela preservação de recursos naturais para as futuras gerações, sendo que o maior acesso a energias limpas e renováveis, neutralização de emissão de carbono, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes são ações prioritárias para um Estado inovador como São Paulo.

O aumento progressivo das demandas hídricas para suprimento a diversos usos da água evidencia conflitos e desafia a garantia da segurança hídrica, principalmente nos grandes centros urbanos. A oferta de água em quantidade

suficiente e qualidade adequada é fundamental para o desenvolvimento humano.

São Paulo é um exemplo disso e, por isso, busca-se construir bases técnicas robustas para orientar o planejamento e ações institucionais coordenadas e de investimentos em infraestrutura hídrica. Sabe-se que água limpa é indicador de saúde e bem-estar da população, portanto, a reversão desse quadro, com despoluição dos rios e preservação das represas paulistas, é prioritária neste Plano.

Vale lembrar que 30% de todo o esgoto residencial gerado pela população urbana paulista ainda não é tratado, poluindo rios e córregos do Estado. De acordo com o TCE, no estado de SP, 95,05% da população é atendida pelo abastecimento de água, 87,97% são atendidos pela coleta de esgoto sanitário, 96,82% são atendidos por coleta e disposição final de resíduos sólidos e 84,73% são dotados de sistema exclusivo de drenagem urbana. O índice de coleta de esgoto sanitário, apesar de aparentemente alto, apresenta uma disparidade importante no Estado, já que a concentração de municípios com baixo índice de coleta de esgoto está localizada na região litorânea do Estado, onde o turismo é um ativo importante.

A presente proposta apresenta as intenções de promoção de políticas e ações a respeito de: segurança hídrica, uso racional de água, coleta e tratamento de esgoto, despoluição de rios, destinação adequada e manejo dos resíduos sólidos, economia verde, minimização de emissão de gases tóxicos de efeito estufa na atmosfera, rumo à neutralidade de carbono, com compromisso pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Propostas:

- **Segurança Hídrica:** Vamos fortalecer a Política Estadual de Recursos Hídricos, garantindo o suprimento dos setores de abastecimento público, industrial e agrícola. Implantar Políticas de Despoluição dos rios, inclusive Rio Pinheiros e Tietê, além do monitoramento da qualidade e quantidade de água das bacias, mananciais e águas subterrâneas, em especial os de abastecimento público. Recuperar nascentes, com estímulo ao plantio e preservação de matas ciliares.
- **Saneamento:** Avançar na universalização de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, antecipando a meta de universalização de 2033 para 2027, com melhoria da qualidade do serviço e tarifas justas. Reduzir perdas de água na rede existente, sempre com o uso intensivo de tecnologia e ampliação do monitoramento. Ampliar a utilização de água de reuso. Ampliar as estações de tratamento de esgoto existentes, com adoção de novas tecnologias e soluções baseadas na natureza, para disposição e tratamento de resíduos orgânicos e industriais, como jardins de chuva e jardins filtrantes.
- **Código Estadual de Meio Ambiente:** Criar marco legal e institucional, alinhado com as melhores práticas, incentivando o Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), garantindo segurança jurídica e diminuição das incertezas regulatórias. Promover a desburocratização, informatização e transparência do processo de licenciamento, assim como a revisão das respectivas taxas. Resgatar o caráter inovador da Cetesb, com fortalecimento de áreas de pesquisa, emergências, análises de riscos, atividades laboratoriais, cursos, treinamentos, avaliação da qualidade do ar, água, áreas contaminadas e fiscalização.
- **Resíduos sólidos:** Implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em especial no que se refere ao avanço da eliminação dos aterros, às metas de reciclagem, à efetivação da logística reversa de bens duráveis, com uso racional dos recursos energéticos e materiais. Adotar o leilão reverso de embalagens e conscientizar a sociedade, com projetos de educação ambiental. Adotar meios mais eficientes de implantação, com base em novas tecnologias disponíveis, como biodigestores e termovalorização, para aproveitamento do poder calorífico dos resíduos. Promover a inclusão social dos agentes de reciclagem, com fomento às cooperativas.
- **Bem-Estar Animal:** Desenvolver o Código de Fauna Estadual, considerando os animais de produção para consumo humano, de estimação, de trabalho, selvagens ou os de laboratório. Desenvolver

programa de proteção da fauna silvestre, fortalecendo ações de preservação de habitats naturais, com rígido combate ao tráfico da fauna silvestre.

- **Restauração Florestal:** Priorizaremos ações ambientais nas áreas de maior fragilidade, necessárias à conectividade de fragmentos florestais e passagem de animais silvestres e nas áreas de mananciais, zerando a perda de cobertura florestal e estimulando o reflorestamento e as florestas nativas e plantadas. Ampliar as ações de conservação, proteção, recuperação e reflorestamento. Criar banco genético florestal de espécies nativas.
- **Energias Renováveis:** Trabalhar ativamente para redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) através da adoção de energias renováveis e eficiência energética. Atuar na descarbonização do transporte, da indústria paulista e das rotas marítimas. Incentivar matriz eólica offshore e a matriz solar, com implantação de energia fotovoltaica nos prédios públicos e em áreas disponíveis do Estado. Incentivar o Hidrogênio Verde Paulista, a ser gerado a partir do etanol.

Desenvolvimento Econômico e Inovação

○ Empreendedorismo e Geração de Emprego

Não existe desenvolvimento econômico e social sem inovação, criatividade e empreendedorismo, e essa é a essência de São Paulo. No acumulado de 2022, o Brasil já gerou 770.593 novos postos de trabalho, sendo que as micro e pequenas empresas foram as grandes geradoras de emprego com 75,9% das novas contratações, segundo o balanço do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Mesmo sendo as maiores geradoras de empregos no Brasil, as micro e pequenas empresas têm dificuldade de acesso a crédito, segundo o Panorama da Micro e Pequena Indústria publicado em junho de 2022, sendo que a taxa de juros é o principal obstáculo para a tomada de empréstimo ou financiamento, seguido por falta de linhas adequadas para o porte das MPEs.

Resultados mostram que o choque associado à pandemia afetou com maior força os microempreendedores individuais, as empresas lideradas por mulheres e as empresas do setor de serviços. Entre as empresas sobreviventes nota-se um esforço para buscar soluções para redução de custos, e um aumento importante da digitalização, com um faturamento médio de 32% através de plataformas digitais, o que demonstra a capacidade do empreendedorismo brasileiro de se reinventar. O suporte às empresas e acesso ao financiamento federal não se repetiu no plano local.

Em relação ao empreendedorismo feminino, dados do Relatório de Empreendedorismo no Brasil 2020 da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizado pelo Sebrae e o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), mostram que 55,5% das novas empresas criadas nesse período foram abertas por mulheres. Apesar dos projetos estaduais voltados para a geração de renda feminina (como o Empreenda Mulher e TODAS in-Rede, entre outros), estes não atingem as classes mais vulneráveis de mulheres. Os programas são oferecidos por meio de links e plataformas digitais e não estimulam a participação.

Outro desafio é o suporte para que as mulheres que empreendem, realmente prosperem. A falta de renda para sustentar a família e cuidar dos filhos faz com que boa parte delas empreenda sem qualquer orientação ou apoio, sendo que muitas precisam de aporte financeiro e não têm disponibilidade de microcrédito para melhorar seu negócio. Dessa parcela, ainda há as que estão em situação de maior vulnerabilidade social e precisam ser assistidas em suas várias necessidades, antes que consigam ter acesso a programas de capacitação e auxílio específicos.

Dessa forma, as seguintes propostas são apresentadas para ampliar o acesso ao crédito e melhorar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas.

Propostas:

- **Empreendedorismo e Inovação:** Criação de HUBs de Inovação para encubar e qualificar startups junto às universidades, Centros de Pesquisa e Desenvolvimento.
- **Capacitação:** Vamos ampliar a cooperação com Sebrae e outras entidades junto às MPE e MEIs para estimular projetos viáveis economicamente, com foco em inovação.
- **Crédito Assistido:** Vamos democratizar acesso a crédito, flexibilizando as garantias, prazos e taxas, através do Desenvolve SP (Banco do Povo) e demais instituições financeiras, com apoio técnico do Sebrae e outras entidades para formulação de projetos.
- **Empreendedorismo Feminino:** Vamos ampliar linhas de microcrédito específicas para o empreendedorismo feminino, atreladas a programas de capacitação técnica e de gestão.
- **Jovem Aprendiz Paulista:** Visa implementar o projeto do Jovem Aprendiz Paulista também nas micro e pequena empresas, com capacitação subsidiada e flexibilização na contratação.

○ **Competitividade do Setor Produtivo**

São Paulo deve atuar para recuperar seu protagonismo como principal destino na atração de investimentos privados, aumentando sua competitividade, inclusive internacionalmente, como destino para fixação de empresas e indústrias, com respeito ao meio ambiente. Para tanto, algumas alavancas de transformação devem ser acionadas, como a disponibilidade de energia com custo competitivo, infraestrutura para implantação e distribuição da produção, disponibilidade de crédito justo e acessível, capital humano, ambiente inovador, redução do custo SP, além da revisão do sistema tributário atual.

Propostas:

- **Estratégia de Industrialização:** Fomentar estratégia para desenvolvimento regional, de acordo com as potencialidades locais, infraestrutura disponível, disponibilidade de mão de obra e acesso ao mercado consumidor.

- **Oferta de Energia:** Com transporte e distribuição do gás existente na Bacia de Santos para os parques industriais com aproveitamento do Marco do Gás. Também com a transformação energética a partir dos resíduos orgânicos e a geração energética a partir da cana-de-açúcar, com produção de biogás e fertilizantes (Etanol de 2ª Geração).
- **Revisão da Política Tributária:** Vamos atuar como liderança no processo de Reforma Tributária, tornando o Estado de São Paulo competitivo e atrativo. Rever a política de substituição tributária e ICMS do estado. Promover o uso adequado da política de incentivos, que estimulem a permanência e atração de novas empresas, principalmente em regiões carentes de desenvolvimento econômico.
- **Incentivos:** Vamos estabelecer mecanismos para a atração de empresas de base tecnológica, incluindo startups. Fomentar a criação de polos de tecnologia da informação que atraiam empresas brasileiras e multinacionais para o estado de São Paulo.
- **Desenvolvimento Regional:** Com estímulo à economia de localidades poucas desenvolvidas e com medidas de redirecionamento do desenvolvimento econômico e social, através de estímulos fiscais e reorganização das redes de atendimento de serviços públicos nessas regiões.
- **Tecnologia e Capacitação Profissional:** Fortalecer a capacitação profissional focada nas demandas e potencialidades regionais, com incentivo à geração e à transferência de tecnologia. Promover inovação no estado de São Paulo, ampliando a atuação da Rede Paulista de Núcleos de Inovação Tecnológica (RPNIT) e estimulando parcerias com os setores produtivos.
- **Crédito:** Vamos atuar nos prazos de financiamento, garantias e taxas de juros do Desenvolve SP, de forma a apoiar o empreendedorismo paulista.
- **Desburocratização:** Com agilidade e informatização dos processos para obtenção de licenças e alvarás, e a facilitação no recolhimento de tributos, eliminando as obrigações acessórias, sendo que ao Estado cabe o papel fiscalizador.

○ Agronegócio

O estado de São Paulo é líder na produção de laranja e cana-de-açúcar, respondendo por 55% da área plantada de todo o País. Também se destaca na produção de café e na diversidade agropecuária.

O agronegócio corresponde a 14% do PIB de São Paulo e é responsável por 15% dos empregos diretos. Exportações do agronegócio de SP correspondem a 15%

do setor no Brasil e cresceram 26,1% nos primeiros quatro meses de 2022, em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando US\$ 7,30 bilhões, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.

Mesmo com números de produção tão expressivos, São Paulo ocupa atualmente o último lugar no ranking de defesa sanitária (febre aftosa). Os desafios envolvendo o agronegócio vão além da capacidade produtiva e exigências ambientais. Esbarram, principalmente, na precariedade logística, com alto custo na locomoção asfáltica, precariedade das ferrovias, ausência de hidrovias, falta de capacidade na estocagem nos Portos e no escoamento da produção, sendo que muitos gargalos são tratados no capítulo de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

Com investimento em novas tecnologias, além de melhorar a produção e distribuição, o agronegócio estará conectado à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento econômico dos pequenos produtores.

Propostas:

- **Planejamento Rural:** Com a implantação de planejamento e preservação do uso do solo por município via satélite.
- **Pesquisa:** Incentivar os institutos de pesquisa e desenvolvimento, para propiciar uma nova revolução nas pesquisas agrícolas (Etanol de 2 Geração, Biogás, Biometano).
- **Matas Ciliares:** Atuar na recuperação das matas ciliares, nas áreas rurais e produtivas, com apoio das estações experimentais do Estado.
- **Lavoura-Pecuária-Floresta:** Promover a integração Lavoura-Pecuária-Floresta como forma de dinamizar e otimizar o uso da terra. Incentivo ao uso racional de recursos naturais, com campanhas para reuso da água e captação de águas da chuva.
- **Projetos Orgânicos:** Apoio a projetos de transição agroecológica e de agricultura orgânica, com foco nas políticas de sanidade animal e vegetal.
- **Novas Tecnologias:** Vamos ampliar a atuação da Casa de Agricultura como polo de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento regional. Prover capacitação técnica e assistência técnica à todos os produtores.
- **Pequenos Produtores Rurais:** Promover a capacitação de Pequenos Produtores Rurais, para produção, processamento, conservação e beneficiamento de seus produtos. Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo.
- **Crédito para Inovação:** Vamos promover crédito para inovação dos processos e melhoria da produção, com valorização da cultura local.

- **Logística:** Vamos ampliar a Logística ferroviária (Malha Paulista e Sudeste), além de programas para armazenagem.
- **Processos Digitais:** Informatização dos processos para obtenção de licenças.
- **Incentivo aos APLs (Arranjos Produtivos Locais):** Garantir o abastecimento por meio das Centrais de Abastecimento e rede de Entrepósitos e de Armazenagem. Estabelecimento de canais diretos de comercialização regionalizados entre produtores e consumidores.

○ Cultura e Economia Criativa

As cidades paulistas possuem rica diversidade cultural, resultado do acolhimento e integração de diferentes povos ao longo de sua história. A Cultura é um relevante condutor de desenvolvimento econômico e social, os dados apontam que o setor cultural e de economia criativa representa 2,64% do PIB brasileiro e gera 4,9 milhões de postos de trabalho. No território paulista, o investimento equivale a 3,9% do PIB estadual e 1,5 milhão de postos. Além disso, o Estado de São Paulo concentra hoje cerca de 47% do "PIB criativo" brasileiro, e gera R\$ 78,35 bilhões por ano.

Nesse cenário, cabe ao Estado atuar de forma equilibrada em programas, projetos e ações de preservação, fomento e formação e na valorização artística e cultural, por meio do seu resgate histórico e da projeção para o futuro, com foco na economia criativa e no empreendedorismo artístico.

A gestão será fundamentada no diálogo aberto e permanente com todos os segmentos da sociedade, especialmente incorporando o aprendizado e expertise da academia e do terceiro setor nos planos e programas governamentais de apoio à cultura.

Em se tratando da recente incursão das Economias Criativas, destaca-se o papel preponderante do capital intelectual na criatividade como geração de comunicação econômica entre diversos setores produtivos da sociedade, como o turismo, gastronomia, indústrias digitais e as artes de forma integradas as cadeias produtivas.

O plano se baseia numa ótica que alia cultura e desenvolvimento de forma verdadeira, deixando de lado a costumeira abordagem meramente assistencialista para ser tratado como efetivo instrumento de transformação e inclusão social. Busca-se, com isso, resgatar e preservar a história e a arte em suas diferentes facetas, valorizando as diferenças e criando oportunidades de formação e ocupação profissional.

Trabalhar os Indicadores Culturais (mapeamento) para entendimento das necessidades específicas do Estado e dos Municípios e aprimorar os mecanismos

de transparência, gestão e fiscalização das políticas públicas com investimentos em tecnologia da informação e capacitação dos agentes culturais, visando otimizar os resultados de entrega e responsabilidade social.

São diretrizes do plano de governo para a cultura e a economia criativa:

- Respeitar a pluralidade e a diversidade, combatendo quaisquer formas de discriminação;
- Alinhamento com as Políticas Públicas do Governo Federal;
- Difundir as Artes e as Ciências Humanas, assim como defender o Patrimônio Cultural Paulista por meio de Programas Setoriais;
- Democratizar o acesso à cultura, estimulando novos agentes culturais e empreendedores artísticos na formação de projetos e criação de novas plateias;
- Melhoria da distribuição geográfica de políticas voltadas para a preservação, fomento e formação, estruturando equipamentos culturais por todo o Estado;
- Aumentar a fiscalização das políticas públicas e aprimorar os mecanismos de transparência;
- Fortalecer as parcerias com entidades privadas e do terceiro setor para apoio na preservação e na gestão dos equipamentos culturais;
- Ampliar as políticas culturais de forma integrada com outros setores da sociedade, com base na inter-relação de políticas públicas educacionais, sociais, de geração de emprego e renda e de fomento ao turismo.

Propostas:

- **Cultura nas Escolas:** Fomento à Cultura nas Escolas, por meio de programas, projetos e ações como: festivais musicais, dança e arte, artes integradas, formação de corais e orquestras nas escolas estaduais paulistas.
- **Fábricas de Cultura:** Abrir novas unidades do Programa Fábricas de Cultura no Interior do Estado, a partir de parcerias com as prefeituras e, sempre que possível, ocupando imóveis públicos ociosos e com programações adaptadas à realidade local.
- **Economia Criativa:** Estimular a geração de emprego e renda por meio das linhas de fomento e da Economia Criativa.
- **Recuperação Histórica:** Fomentar a recuperação da história dos municípios com preservação do patrimônio ferroviário e restauração e manutenção do patrimônio histórico de São Paulo, como incentivo também ao turismo. Fortalecer o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

- **Preservação do Patrimônio Museológico:** Elaborar projetos de manutenção e restauração do patrimônio museológico de São Paulo e seus respectivos acervos, incentivando as parcerias com a iniciativa privada. Ampliar o acesso ao acervo paulista de forma digital e fomentar a digitalização dos jornais das principais cidades.
- **São Paulo é um Espetáculo:** Fomentar a circulação de espetáculos de teatro, música, dança e gastronomia nos diversos municípios do Estado.
- **Cultura no Centro:** Resgatar as atividades culturais no centro da capital e em cidades do interior, em cooperação com as Prefeituras Municipais, promovendo a revitalização cultural e urbana das cidades.

○ **Esporte**

De acordo com o estudo Prática de Esporte e Atividade Física divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 61,3 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade (37,9% do total de pessoas nessa faixa etária) praticam algum tipo de esporte ou atividade física, dos quais 53,9% homens e 46,1%, mulheres. O estudo constatou que a prática é mais frequente na faixa de idade entre 15 e 17 anos, em que mais de 50% dos entrevistados responderam ter praticado algum esporte ou atividade física no período, enquanto na faixa etária de 60 anos ou mais esse percentual era de mais de 27%. O Brasil detém ainda uma das maiores indústrias do esporte e fitness, sendo que possui o segundo maior número de academias do mundo, com cerca de 174 milhões de clientes. A prática de esportes é comprovadamente efetiva para melhoria da qualidade de vida, sociabilidade, combate à depressão e transtornos mentais. É essencial a iniciação esportiva desde a primeira infância, com potencial ainda de gerarmos grandes talentos a partir de nossas escolas. Em São Paulo, a falta de desenvolvimento do esporte como política pública limitou o crescimento ordenado e aumento de praticantes, tanto de atividades físicas de lazer, como a prática esportiva competitiva, inclusive o paradesporto.

Existe grande potencial em estimular a prática esportiva na população e na formação de grandes talentos nos esportes. É necessário que a política esportiva seja implementada em seus diversos aspectos, seja como atividade econômica, de formação cidadã, mas também como política de prevenção de diversas doenças crônicas e transtornos mentais.

Propostas:

- **Esporte nas Escolas:** Trazer modalidades diferentes para dentro das escolas públicas, que estimulem o maior número de praticantes, podendo ser divididos em 3 segmentos: (1) exercícios lúdicos para prevenção da obesidade, (2) iniciação esportiva para disciplina e estrutura base para seu desenvolvimento físico e (3) iniciação técnica esportiva, participação de campeonatos e reforço comportamental.
- **Paradesporto:** Incentivar a Educação Física Inclusiva e o Paradesporto, como forma de reabilitação, de inclusão e de lazer, desde competições escolares até de alto rendimento.
- **Centros Olímpicos Esportivos:** Centralizar as atividades que demandem mais recursos em centros regionais de qualidade voltados para a performance de esportes olímpicos.

○ Turismo

O setor de Turismo foi responsável em 2019 por gerar R\$222,3 bilhões no PIB do Estado, com geração de 50 mil empregos diretos, e ativação de mais de 500 setores da economia. São cerca de 46 milhões de viagens anuais, com forte participação do turismo de negócio, saúde, religioso, esportes, cultura e lazer. No Brasil, 93% dos visitantes são locais, sendo que o turismo de natureza vem sendo o principal atrativo para os turistas, com alto potencial de desenvolvimento.

A cidade de São Paulo é o principal destino do turismo dos brasileiros e é o segundo município mais desejado por turistas do mundo inteiro para se viajar em 2020. Porém, o patrimônio natural e histórico está em deterioração e se faz necessário agilizar e ampliar os investimentos no turismo do Estado, principalmente no que diz respeito ao investimento privado, tendo o Estado como indutor do desenvolvimento. O turismo será trabalhado como uma estratégia de desenvolvimento, vinculando-o às vocações econômicas e culturais de cada cidade.

Propostas:

- **Estâncias e MITs:** Vamos apoiar os municípios na elaboração de projetos setoriais e metropolitanos, voltados ao desenvolvimento de turismo das regiões, ampliar acesso aos recursos disponíveis. Regularizar o repasse de recursos para as Estâncias Paulistas e aos municípios de interesse turístico (MIT).

- **Roteiros Turísticos:** Consolidar São Paulo como destino internacional, além de ampliar o turismo doméstico, com criação de roteiros regionais de acordo com as potencialidades locais, apoiando a ampla divulgação nacional e internacionalmente. Incentivar viagens de curta duração, próximos aos grandes centros.
- **Turismo de Natureza:** Estímulo à conservação e recuperação de paisagens naturais e Parques Estaduais, garantindo o acesso, a atratividade e a valorização da experiência do turista.
- **Qualificação e Capacitação:** Estimular a qualificação permanente do setor de turismo, dos profissionais e formação continuada dos empresários do setor. Estimular a produção de conhecimento, a sistematização e o compartilhamento de informação no setor.
- **Informações Turísticas:** Disponibilizar informações atualizadas sobre os destinos turísticos do Estado, incluindo atrativos, acessos, eventos, roteiros, experiências e outros serviços importantes, de forma a promover o turismo, além de facilitar o planejamento da viagem por parte dos consumidores.
- **SP Negócios:** Investir e ampliar a potencialidade do Estado como destino de negócios.
- **Crédito:** Ampliar acesso ao crédito para os negócios de turismo, com medidas de alívio fiscal para retomada do setor no pós-pandemia.

○ **Gestão Pública e Governo Digital**

O futuro é agora. São Paulo é a terceira maior economia e o terceiro maior mercado consumidor da América Latina, com PIB na ordem de U\$ 603,4 bilhões. Em 2022, São Paulo teve o maior orçamento da história: cerca de R\$ 287 bilhões, R\$ 28 bilhões em investimentos, R\$ 42 bilhões em educação, R\$ 27 bilhões para saúde. Ainda assim, possui processos burocráticos e serviços de baixa qualidade, transformando São Paulo na vanguarda do atraso.

É preciso modernizar a atuação do Estado e inovar na oferta de políticas públicas, enxergando o governo como um prestador de serviço de excelência comprometido com o atendimento do cidadão. Para isso, faz-se necessário não só a revisão da estrutura organizacional da máquina pública - muitas vezes arcaica e não mais responsiva aos problemas públicos -, como também enxergar em parcerias com a iniciativa privada oportunidades que nos permitam colocar em prática soluções mais eficientes. O Estado parou de pesquisar, planejar e avaliar as políticas públicas.

A corrupção do Estado é também algo que deve ser identificado e combatido. No âmbito do Governo Estadual, não se verifica uma padronização na aplicação de mecanismos de controle e mitigação de impactos relacionados à corrupção. Estudo realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) no ano de 2010 demonstrou que os prejuízos no Brasil com corrupção beiravam R\$ 69 bilhões por ano. Atualmente, em 2022, o país encontra-se na 96ª posição (de 180 países avaliados) do ranking de corrupção elaborado pela Transparência Internacional, com piora na situação ao longo dos anos e necessidade de mais regras e ferramentas regionais para combate da corrupção.

O recente Relatório de Reforma Regulatória no Brasil da OECD relatou a necessidade de fomento à cultura de integridade no Brasil para o crescimento econômico no país. A corrupção é, portanto, um grave risco à economia nacional e regional, e deve ser duramente combatida. Com a melhoria da gestão, a simplificação dos procedimentos e a digitalização do atendimento aos serviços, eliminaremos o espaço para a corrupção, evitando que o Estado “crie dificuldades para vender facilidades”.

A seguir, apresentamos as propostas para uma administração pública ágil e para um governo 100% digital, que mescla transparência, ética, planejamento, técnica e propósito, para que nenhum paulista fique sem atendimento de serviços públicos de qualidade, que é o dever do Estado.

Propostas:

- **Governo Digital:** Vamos criar um programa único de atendimento ao cidadão, para que este possa resolver todas as suas demandas em um único caminho, sem necessidade de deslocamento, na palma da mão, disponível 24 horas por dia, 7 dias da semana. Vamos aprimorar o aplicativo do gov.br como canal de relacionamento do governo com o cidadão.
- **Startups:** Vamos viabilizar o Marco Legal de Startups, implementando os CPSI - contratos públicos para solução inovadora, contratando a resolução do problema.
- **Automatização de Processos:** Com a utilização da Inteligência Artificial como motor para a Transformação Digital do Governo e concluir a digitalização dos serviços públicos. Vamos acabar com exigência de reconhecimento de firma e cópias autenticadas, substituindo por declaração de próprio punho e/ou autenticação imediata pelo servidor

público. Aceitar a assinatura eletrônica do gov.br como válida para todas as interações com o Poder Público Estadual, incluindo os municípios.

- **Integração:** Garantir a interoperabilidade de todos os sistemas estruturantes do Poder Público, para que o cidadão não precise fornecer a mesma informação ou apresentar os mesmos documentos em diversos lugares. Integrar serviços estaduais e serviços dos municípios, visando facilitar o acesso pelo cidadão.
- **Decurso de Prazo:** Adotar em todos os órgãos públicos a aprovação por decurso de prazo, caso o prazo máximo não seja observado e isso não acarrete gasto de recursos pelo poder público.
- **Lei da Liberdade Econômica:** Aprovar e regulamentar a Lei da Liberdade Econômica no Estado e em seus municípios.
- **Sistemas de Gestão:** Ofertar aos municípios as soluções estaduais digitais para a gestão, tais como sistemas de compras e contratos, sistemas de gestão de pessoas, sistemas de gestão orçamentária e financeira, sistemas de gestão patrimonial, sistema de contabilidade, entre outros.
- **Pagamentos Digitais:** Adotar meios de pagamento digitais (Pix, cartão de crédito e cartão de débito) para todas as custas, tarifas e tributos que o cidadão tiver que pagar ao Poder Público, sem necessidade de presença física em guichês.
- **Cadastro Único:** Implementar CPF e CNPJ como números universais para identificação de pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, perante órgãos públicos, buscando substituir integralmente as demais inscrições antes requeridas.
- **Compliance:** Implementar programa de integridade e ética, que englobe o Poder Executivo estadual, com criação de mecanismos internos de controle para efetividade do programa.
- **Código de Ética:** Vamos criar um novo código de ética e conduta para servidores, com padrões de comportamento no ambiente de trabalho, relacionamento interpessoal com colegas e cidadãos, questões de assédio sexual e moral e gestão de conflitos de interesse. Ampliar o canal de denúncias de corrupção e faltas éticas nos órgãos públicos estaduais.
- **Reforma Administrativa:** Otimizar o número de secretarias, a serem definidas com base na cadeia de valor do Estado e na interdependência estratégica dos processos a serem executados, tendo a Controladoria como pasta independente. Análise e revisão das estruturas da administração indireta, com possível extinção ou fusão de autarquias ou empresas que apresentem funções duplicadas, semelhantes ou conexas.
- **Gestão de Pessoas:** Implantar modelos de gestão por desempenho, modernização de normas, intensificação dos programas de capacitação e

formação dos servidores. Implementar programas de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde física e psicológica dos servidores públicos.

- **Garantir a implementação da Lei geral de privacidade e proteção de dados (LGPD):** Garantir que somente pessoas habilitadas tenham acesso a informações do cidadão e que este, por meio de consentimento, possa também compartilhar de forma segura estas informações com outros órgãos e com o setor privado.
- **Segurança Cibernética:** Vamos criar uma política de segurança cibernética para proteger as infraestruturas críticas digitais do Estado contra-ataques cibernéticos ou hackers. Estabelecer o GovShield ou uma camada de proteção que abarque de forma completa todos os órgãos, datacenters, sistemas e bases de dados do governo.
- **Gestor de Investimentos:** Desenvolver Gestora para Investimentos Públicos, com foco em Gestão do Patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, para maximizar a rentabilidade do Governo nos investimentos realizados e atuar ativamente em Capital de Risco e Patrimônio Imobiliário.
- **Núcleo de Políticas Públicas:** Criação de um núcleo de pesquisa, planejamento e avaliação de políticas públicas, o qual terá a missão de gerar recomendações tanto para programas governamentais em funcionamento quanto para os potenciais.

○ **Compromisso Fiscal e Tributário**

A evolução da produtividade da economia brasileira tem avançado pouco nas últimas quatro décadas. O país adentrou nos últimos anos um período reformista notável, com avanços em múltiplas frentes, como no saneamento básico, mercado de trabalho, crédito e sistema previdenciário. Não obstante, algumas travas à aceleração do crescimento remanescem, como a modernização do serviço público e a reforma do sistema tributário. De fato, uma boa reforma tributária é uma das últimas alavancas que faltam ser acionadas para que o país destrave um ciclo de convergência em direção à fronteira tecnológica.

O estado de São Paulo, por sua dimensão e importância, deve ser um protagonista nesta arena. Apesar de um cenário desafiador para o setor corporativo (e circunstancialmente muito positivo para arrecadação), o atual governo do Estado elevou alíquotas de maneira ampla, com consequências para a permanência de negócios e empregos no Estado.

Faz-se necessário reverter o processo de elevação de alíquotas do ICMS de 2021. Neste tema, o avanço do problema da retenção de créditos e o uso excessivo da substituição tributária também serão tratados, bem como a possibilidade de extensão paulatina nos prazos de recolhimento dos impostos.

A trajetória crescente das receitas tributárias apresentou um crescimento expressivo da arrecadação per capita em 2021. O aumento ocorreu notadamente no ICMS, sendo que no ano de 2021 a receita decorrente deste tributo cresceu 26,1% em termos nominais e 16,5% em termos reais. No consolidado do primeiro quadrimestre de 2022, a tendência se mantém, com crescimento em termos nominais de 16,6%, e em termos reais de 4,8%. São Paulo possui a maior alíquota base de ICMS do país, 18%, empatado com MG e RJ, e acima dos 17% cobrados no RS, SC, MS, ES, MT e GO.

Adicionalmente, vale notar que a participação de emplacamentos de carros em São Paulo no total nacional tem se reduzido seguidamente. Entre outros aspectos podemos indicar duas importantes causas: ICMS e IPVA mais elevados no Estado do que em seus vizinhos.

Como exemplo claro desse fenômeno, temos o recente aumento da alíquota do ICMS sobre veículos em São Paulo, a qual saiu de 12% para 14,5% em 2021, enquanto Minas Gerais manteve os 12%. Em função disso, MG vem sendo capaz, mesmo com população significativamente menor, de apresentar, em vários meses, maior número absoluto de emplacamentos de veículos do que São Paulo.

O IPVA, segunda maior fonte de arrecadação, em 2021, foi responsável por menos de 7% da receita total do Estado, assim a alteração de suas alíquotas não provocaria impacto muito significativo. Atualmente, SP possui, ao lado de RJ e MG, as maiores alíquotas de IPVA do país, 4%.

Não é somente a carga, mas também a complexidade do sistema que aflige a sociedade. A experiência internacional ensina muito sobre como avançar na modernização, digitalização e simplificação da administração tributária.

É imprescindível que o cidadão conte com um fisco moderno, que respeite e seja acessível ao (correto) pagador de impostos. De maneira análoga, a baixa transparência na alocação dos recursos no lado das despesas precisa ser tratada, com avaliação contínua das políticas públicas, de forma a avaliar a adequada alocação de recursos.

Propostas:

- **Modernização Tributária:** Vamos modernizar e simplificar a administração tributária

- **Alíquotas de ICMS:** Reduzir alíquotas aplicadas ao consumo local, iniciando por aquelas majoradas em 2021, reduzindo o preço do consumo diário, como do transporte, planos de internet e telefonia, entre outros. Atuar como liderança no processo de Reforma Tributária.
- **Veículos automotores:** Reduzir a alíquota de ICMS sobre veículos automotores, voltando para o patamar anterior e reduzir a alíquota base do IPVA de 4% para 3% (média nacional). Reduzir as taxas cobradas por serviços do Detran, notadamente a Taxa de Licenciamento Anual, a qual teve aumento por dois anos seguidos, 2021 e 2022.